



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde – PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**CONSTRUINDO EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA**

CLAUDIO PEREIRA GUEDES

ORIENTADORA: SANDRA MARY GONÇALVES PRAZERES

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde – PGPDS

CLAUDIO PEREIRA GUEDES

CONSTRUINDO EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Sandra Mary Gonçalves Prazeres

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

CLÁUDIO PEREIRA GUEDES

CONSTRUINDO EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

SANDRA MARY GONÇALVES PRAZERES (Orientadora)

RUTE NOGUEIRA DE MORAIS BICALHO (Examinadora)

CLAUDIO PEREIRA GUEDES (Cursista)

BRASÍLIA/2015

Aos professores que transformam histórias e diariamente lançam seu perfume de otimismo e
esperança na vida de pessoas/alunos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor da vida e fonte de toda sabedoria. Ele que me concedeu a dádiva de estar vivo e experimentando ser transformado pelo conhecimento novo que chega por meio dessa realização.

A minha família, meu tesouro, meu bem maior, por estar ao meu lado em todos os momentos.

A minha orientadora de pesquisa, Sandra Mary Gonçalves Prazeres, por toda paciência e docilidade na orientação.

À escola observada, que abriu as portas para a realização da pesquisa.

Ao vice-diretor que me concedeu esclarecimentos sobre o processo de construção de educação inclusiva na sua escola.

Aos professores participantes dessa pesquisa, por meio deles esse trabalho se tornou possível.

RESUMO

O trabalho realizado é um estudo sobre a construção da educação na perspectiva da educação inclusiva numa escola do município de Malhada – BA, objetivando levantar reflexões sobre o desenvolvimento humano e a educação inclusiva. Para isso, usou-se como plano metodológico a pesquisa qualitativa, com aplicação de entrevistas semiestruturadas a profissionais do corpo docente e a profissional do grupo gestor dessa instituição. Com a obtenção dos dados, tornou-se possível traçar um panorama acerca do fazer educacional pautado no desenvolvimento humano e na construção da educação inclusiva. Os relatos dos professores são apresentados de forma a tornar mais contundente os delineamentos feitos sobre qual a proposta de educação inclusiva da escola pesquisada. Com esse trabalho, educadores dessa e de outras instituições de ensino, são convidados a refletirem sua prática e a relacioná-la com o desenvolvimento de cada indivíduo que ocupa um espaço em sala de aula todos os dias.

Palavras-chave: Educação inclusiva, desenvolvimento humano, educação especial.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO -----	08
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA -----	11
2.1 Educação Inclusiva -----	11
2.2 Desenvolvimento humano e Educação Inclusiva-----	13
2.3 A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva -----	15
2.4 Marcos históricos no atendimento educacional especializado no Brasil -----	16
3 OBJETIVOS -----	20
3.1 Objetivo geral -----	20
3.2 Objetivos específicos -----	20
4 METODOLOGIA -----	21
4.1 Fundamentação teórica da metodologia -----	21
4.2 Contexto da pesquisa e participantes -----	21
4.3 Instrumentos e procedimentos de construção de dados -----	22
4.4 Procedimentos de análise de dados -----	22
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO -----	23
5.1 O processo de construção da educação inclusiva -----	23
5.2 Educação inclusiva e desenvolvimento humano -----	31
5.3 Educação inclusiva e alunos com Necessidades Especiais de Aprendizagem ----	33
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	36
REFERÊNCIAS -----	38
APÊNDICES -----	40
A – Roteiro de entrevista semiestruturada - Equipe gestora -----	40
B – Roteiro de entrevista semiestruturada - Professores -----	42
ANEXOS -----	45
A – Aceite Institucional -----	45
B – Carta de Apresentação -----	46
C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -----	47

1. APRESENTAÇÃO

A educação é um processo contínuo e inovador, capaz de transformar o ser humano e este transformar a sociedade ao seu redor. Assim, falar em educação é falar em transformações, pois jamais alguém, inserido num contexto educacional, continua sendo o mesmo. São inevitáveis as transformações. Nessa perspectiva, a educação, no contexto da inclusão, vem sendo transformada. Quando se fala em educação inclusiva, pretende-se, na verdade, que todo ser humano, independente de suas condições sociais, físicas, psicológicas ou quaisquer que sejam, tenha o direito a uma educação de qualidade. Após estudos realizados, foram criados vários documentos estabelecendo leis e diretrizes para a promulgação da inclusão no contexto educacional, como por exemplo a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial; a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), que define a educação como um direito de todos; a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) publicada pela ONU e promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 6.949/2009; A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); O Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro; a Nota Técnica – SEESP/GAB/ nº 11/2010, que dispõe sobre a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares.

Como visto, não é algo meramente novo, mas, em algumas realidades, essa teoria não se torna prática. Pouco se conhece sobre a educação inclusiva, menos ainda se realiza. A promoção da inclusão não é privilégio de algumas escolas, é dever de toda escola, para que seja realmente considerada como promotora de transformações da realidade, promotora de transformações da cidadania e principalmente, promotora de libertação para a sua clientela.

A presente pesquisa buscou trazer apontamentos sobre a construção da educação inclusiva na instituição assinalada, ressaltando como as leis e diretrizes promulgadas pelo governo, estão sendo aplicadas no contexto dessa instituição e como os atores educacionais, professores, gestores, pais e alunos se sentem incluídos na proposta educativa.

Nesse trabalho, foram levantadas reflexões acerca de como o processo de construção da educação, na perspectiva da educação inclusiva, contribui para melhorias no

desenvolvimento humano do aluno. Com isso, será possível fazer ponderações acerca de como a educação inclusiva, mais especificamente, a educação especial, pode transformar os alunos, tantos os deficientes, aqui ponderando qualquer tipo de deficiência, quanto os alunos sem necessidades educativas especiais, na convivência de uns com os outros.

Na educação inclusiva os alunos são vistos partindo-se da individualidade para o coletivo, do pessoal para o social. Cada indivíduo é único e possui características distintas de desenvolvimento, assim no processo educacional as condições pessoais construídas por diferentes experiências pessoais e sociais são fatores que interferem no aprendizado, e isso engloba condições físicas, psicológicas, econômicas e geográficas. Desse modo, a educação inclusiva vê o aluno como um ser único e social, dotado de potencial a ser compreendido e explorado para o seu alargamento intelectual.

A educação inclusiva pressupõe que todos os alunos, em condições diferentes de desenvolvimento, devem ser atendidos no processo educacional de forma que suas habilidades possam ser desenvolvidas. Assim, pesquisar sobre o processo de educação inclusiva é construir reflexões sobre os caminhos construídos e possibilidades de inovação de práticas para a inclusão de todos os alunos no plano metodológico da escola.

Desse modo, esta pesquisa pretende trabalhar questionamentos como desenvolvimento humano e educação inclusiva e, possivelmente irá possibilitar uma (re)avaliação dos conceitos construídos acerca de alunos que, por vezes, ficam à margem na sala de aula e não são inclusos no plano curricular, tendo como resultado o comprometimento do seu desenvolvimento.

Trabalhando com a educação há alguns anos, é perceptível que a educação inclusiva tem sido muito falada e pouco efetivada. Isso causa inquietação em perceber a exclusão de alguns alunos deficientes. Essa exclusão acontece dos meios sociais, no espaço dentro das instituições e também, dentro mesmo, da sala de aula. O professor vê o aluno deficiente como um “coitadinho”. Com a realização da especialização em Desenvolvimento Humano e Inclusão Escolar, ficou mais clara a necessidade e o direito desses alunos serem inclusos no contexto escolar. Portanto, essa pesquisa surge como meio para compreender como a inclusão escolar pode contribuir no desenvolvimento humano individual de cada estudante que está inserido no ensino regular.

A escolha da escola para pesquisa se deve ao fato de que, atuando nela como professor, principalmente com a realização da citada especialização, sinto a necessidade de contribuir de forma mais significativa no processo educativo, criando condições para que

todos os agentes educacionais, principalmente gestores e professores, constituam a consciência e o despertar para uma educação inclusiva e que esta seja transformadora para os alunos.

Face ao exposto, o primeiro capítulo aponta, a partir dos referenciais teóricos, a construção da educação inclusiva, pautando a busca do entendimento de inclusão escolar e a necessidade da escola ser fundamentalmente inclusiva. Esclarece sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, delineando a necessidade de inserção de todos os alunos no ensino regular, criando espaço para o atendimento especializado, quando necessário. Por fim, faz um breve panorama da educação especial no Brasil, descrevendo os marcos históricos do atendimento educacional especializado.

No segundo capítulo, os objetivos da pesquisa são explicitados a fim de elucidar os propósitos da investigação, refletindo sobre a importância da educação na perspectiva da educação inclusiva na formação e desenvolvimento do ser humano, sobretudo, restringindo essa reflexão à escola pesquisada, relacionando a prática pedagógica e o desenvolvimento humano.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia dessa pesquisa de abordagem qualitativa possibilitando a apreensão dos caminhos construídos para a investigação dos objetivos estabelecidos, os instrumentos utilizados para a aquisição dos dados bem como os procedimentos de análise.

No quarto capítulo os resultados são apresentados em conjunto com a discussão teórica. A partir da construção das categorias de análise dos dados coletados, traça-se um panorama da educação inclusiva construída na escola pesquisada, dando maior possibilidade de compreensão desse processo e do fazer educacional para o desenvolvimento humano do aluno.

Nas considerações finais, são apontadas as possíveis contribuições que o trabalho traz para a reflexão e remodelação de práticas pedagógicas que apontam para uma inclusão verdadeira. Assim será possível acrescentar algo ao que falta na pedagogia aplicada.

Assim, considera-se muito relevante o estudo sobre a construção da educação na perspectiva da educação inclusiva como propiciadora do desenvolvimento humano, promovendo reflexões acerca do processo de educação inclusiva, relacionando a prática pedagógica e o desenvolvimento humano dos alunos da escola referida.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação inclusiva

A educação inclusiva é entendida como um processo no qual todos os alunos, independente de suas condições específicas, sejam atendidos no sistema de ensino regular. A educação especial passa a integrar esse sistema a partir de políticas criadas voltadas para a promoção da inclusão escolar. Na separação do ensino, onde alunos com necessidades especiais de aprendizagem são separados dos alunos sem necessidades especiais, coloca em relevância a exclusão escolar. No Brasil, a criação de escolas inclusivas ressurgiu a partir de acordos internacionais, tais como a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990, na Tailândia, declarando o direito de todos, homens e mulheres, de todas as idades a terem acesso à educação. Como a Declaração de Salamanca, ressurgida da Conferência Mundial de Educação Especial, entre os dias 7 e 10 de junho de 1994, na cidade de Salamanca, na Espanha. Essa conferência trata da integração de pessoas com deficiência ao sistema regular de ensino. Outro importante momento foi a Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, assinada no Brasil no ano de 2007, que assegurou o sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino.

A Declaração de Salamanca proclama que toda criança tem direito fundamental à educação e a ela deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. A educação inclusiva deve ser construída não apenas possibilitando o ingresso de alunos com Necessidades Educacionais Especiais, mas, por meio de metodologias adequadas, garantir o desenvolvimento desses alunos. A Declaração de Salamanca também proclama que toda criança é portadora de características pessoais, interesses próprios, habilidades e necessidades de aprendizagens que são únicas. Apesar dos rótulos criados sobre os alunos, definindo de forma equivocada os que conseguem aprender e os que não conseguem, esta proclamação ressalta as características individuais de cada um. Sobre isso Kelman (2010, p. 24) diz que “apesar das leis gerais serem as mesmas, existem possibilidades distintas de desenvolvimento, o que caracteriza a singularidade de crianças com necessidades especiais.” A heterogeneidade das turmas, diz que a metodologia empregada precisa estar de acordo com as necessidades dos alunos e não o inverso. Sobre isso, a Declaração de Salamanca afirma:

O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuem desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de promover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA,1994).

A centralidade da criança na criação de estratégias que facilitam o aprendizado desmitifica o rótulo empregado em pessoas com alguma deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e desloca o foco para a pedagogia criada visando o desenvolvimento do estudante. Essa estratégia contribui para a erradicação de atitudes educacionais discriminatórias que somente corroboram para o aumento da segregação de pessoas na sociedade. A educação inclusiva pretende não apenas promover o ensino por meio da diversidade, mas que essa diversidade seja encarada pela sociedade como fator resultante de seres humanos únicos, singulares, que não precisam ser adequados a certos padrões predeterminados.

A educação inclusiva pretende a inclusão escolar, onde alunos integram o sistema regular de ensino independente de suas diferenças. Entretanto, para que a inclusão seja de fato efetivada, os sistemas escolares precisam estar de acordo à proposta. As necessidades individuais de cada educando devem ser vistas como fator a ser considerado pelo plano curricular. A inclusão necessita ser trabalhada por todos os integrantes da comunidade escolar, para não acontecer que o trabalho realizado em sala de aula, no pátio escolar, seja transformado negativamente. Esse trabalho dentro da sala de aula precisa estar fundamentado em uma proposta de ensino que vá ao encontro dos educandos, que os reconheça como atores principais no desenvolvimento educacional, e não apenas como receptores de uma educação dada e transmitida pelo educador. O aluno visto como construtor da educação, será enxergado como ele realmente é, com suas limitações e com um potencial elevado, que precisa ser trabalhado para aprimorar seus conhecimentos e lapidar suas experiências de vida, de modo que ele se reconheça como parte integrante de uma escola que o vê, que o valoriza. A inclusão não estar restringida a inserção física do aluno na escola, mas se realiza no ato de inserir o

aluno no sistema educativo, na proposta curricular, nas metodologias, nas recreações, na acessibilidade, enfim, em todos os âmbitos que constituem um sistema educacional.

Em tempos de inclusão escolar, criar uma escola que seja inclusiva não é uma especialidade, um privilégio, é antes, uma obrigação. Acolher o aluno sem olhar as diferenças que o constituem, é missão primária da escola.

Abrir a Escola para todos não é uma escolha entre outras: é a própria vocação dessa instituição, uma exigência consubstancial de sua existência, plenamente coerente com seu princípio fundamental. Uma escola que exclui não é uma escola [...]. A Escola [...] é uma instituição aberta a todas as crianças, uma instituição que tem a preocupação de não descartar ninguém, de fazer com que se compartilhem os saberes que ela deve ensinar a todos. Sem nenhuma reserva (MEIRIEU, apud MILANESE, 2012, p. 22).

A escola que exclui perdeu a compreensão do que é educação e já extingue a essência do aprendizado antes mesmo de tentar efetivá-lo. Inclusão não é mérito, muito menos escolha, é fator primordial para a consolidação de uma educação contundente e transformadora.

De acordo a Declaração de Salamanca, o “princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter” (1994, p. 5). Não é preciso separar, a educação passa por meio da afirmação das diferenças, pautadas no respeito e compreensão do outro que se distingue do eu, mas juntando essas distinções, cria-se o nós. A sociedade não se forma somente pelo eu, mas ela é constituída por meio de nós, assim como a escola e toda instituição social. O princípio da educação, no plano social, é ajudar a formar cidadãos que acolhem e respeitam o outro, independente de suas condições físicas, psicológicas, sociais.

2.2 Desenvolvimento humano e Educação Inclusiva

A educação inclusiva pressupõe o desenvolvimento humano na medida em que o indivíduo se forma e se transforma no meio educacional. Kelman (2010) aponta que “desenvolvimento é um processo de transformação estrutural baseado na interação entre um organismo e um ambiente” (p. 18). Essa interação entre organismo e ambiente pode contribuir

de forma positiva ou negativa. Nesse sentido, entendemos que a educação inclusiva precisa ser construída considerando as relações entre pessoas deficientes e o ambiente para que aprendam em um contexto favorável. Dentro dessa perspectiva inclusiva, a educação não pretende evidenciar as diferenças. Ressalta ainda que estas não se transformem em qualificações pessoais. O aluno precisa ser visto e ser considerado a partir da sua essência, não a partir da sua deficiência.

Há diversas teorias que discutem o desenvolvimento humano, mas, de acordo Kelman (2010), essencialmente podem ser resumidas em quatro: a maturação biológica; a abordagem ambientalista; a construtivista de Piaget e a abordagem histórico-cultural de Vigotski. Para a maturação biológica “o desenvolvimento ocorre de forma natural e tem uma raiz endógena, isto é a mudança vem de dentro do organismo, como uma consequência dos genes que o organismo herda” (KELMAN, 2010, p. 20). Nessa abordagem o desenvolvimento é inato ao ser humano, ele já nasce com as características comportamentais e com possibilidades de desenvolvimento embutidas nos genes.

Na teoria ambientalista “todo conhecimento decorre de experiências” (KELMAN, 2010, p. 20) e o ambiente é o fator determinante para a evolução do indivíduo, assim, somente o que é exógeno lhe causa marcas nas transformações cognitivas. Nesse sentido, o ambiente no qual o aluno está inserido tem responsabilidade enorme na aprendizagem dele. As experiências vivenciadas modificam o organismo.

Para o construtivismo “o desenvolvimento não está só na natureza do sujeito, pré-formado em sua mente, ou apenas na educação. Ambas são condições igualmente necessárias para que o desenvolvimento aconteça” (KELMAN, 2010, p. 21). A aprendizagem não dependerá exclusivamente do contexto no qual o aluno está inserido, mas este fará relação direta com a formação biológica, resultando assim nas transformações do aprendizado.

A quarta abordagem, a natureza histórico-cultural do desenvolvimento humano, apontada por Vigotski “trouxe um elemento novo e fundamental que é o papel que a cultura, a sociedade e a história exercem na formação da mente humana” (KELMAN, 2010, p. 21). Para o pesquisador o ser humano se desenvolve em toda sua complexidade que o caracteriza como humano e sua aprendizagem não se resume a fatores biológicos e/ou ambientais apenas. Ele relaciona estes, bem como a cultura que agrega o indivíduo, a sociedade com seus costumes e suas organizações, a história individual e coletiva, que trazem marcas influenciadoras no desenvolvimento humano.

De acordo Vigotski (apud KELMAN, 2010)

o aprendizado não é desenvolvimento; entretanto, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer (p. 22).

Desenvolvimento é uma coisa e aprendizado é outra. Entretanto, este contribui para aquele. É como se fosse uma porta na entrada de uma casa que é formada por vários cômodos, mas que para se chegar a estes precisa passar por essa porta. O desenvolvimento influencia a aprendizagem.

Por tudo isso, falar de educação inclusiva é falar de fatores que contribuem para o desenvolvimento de crianças, jovens e adultos que se inserem no meio educacional no intuito de construir aprendizagens transformando-se de forma intersubjetiva e intrasubjetivamente.

2.3 A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

A Educação Especial por muito tempo fora entendida como uma modalidade que deveria acontecer de forma paralela ao Ensino Regular. Os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação deveriam ser atendidos de forma separada, em uma modalidade de ensino específica. Com a realização de estudos sobre esse aspecto, esse conceito de segregação dos educandos vem se modificando, como aponta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, documento elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), em 2008.

O desenvolvimento de estudos no campo da educação e dos direitos humanos vem modificando os conceitos, as legislações, as práticas educacionais e de gestão, indicando a necessidade de se promover uma reestruturação das escolas de ensino regular e da educação especial (MEC, 2008).

Pensando na proposta de Educação Inclusiva, a Educação Especial passa a integrar o sistema regular de ensino. Os alunos são vistos pela pedagogia como alunos com Necessidades Especiais de Aprendizagem, que precisam ser compreendidos em sua

especificidade, mas o que não impede a relação deles com o sistema educacional. Este precisa se amoldar ao contexto do aluno, construindo um currículo flexível, adaptado ao que ele precisa. Sobre a orientação dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, afirma que

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos (MEC, 2008).

Entretanto, a orientação não se restringe à inserção do aluno com Necessidades Especiais no sistema regular, esse mesmo documento da, ainda, outras orientações.

A educação especial direciona suas ações para o atendimento às especificidades desses alunos no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas (MEC, 2008).

É preciso, junto com a integração do aluno com Necessidades Especiais de Aprendizagem, oferecer meios para que ele seja de fato incluso no sistema de ensino. Redes de apoio, como o Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais, a formação de professores tanto para esse atendimento, quanto para o atendimento no ensino regular. Tudo promove a inclusão do aluno no sistema educacional.

2.4 Marcos históricos no atendimento educacional especializado no Brasil

O presente tópico traz reflexões acerca do Atendimento Educacional Especializado, a sua evolução e maneira como foi se transformando perante a criação de políticas que dessem

fundamentação e obrigatoriedade a inclusão de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A criação de instituições voltadas ao atendimento especializado teve início na época do Império, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, que mais tarde fora denominado de Instituto Benjamin Constant (IBC) e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (ISM) em 1857, atualmente conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Os dois situados no Rio de Janeiro e ligados à administração pública. Já existia a Constituição de 1824 que garantia o atendimento, entretanto este acontecia de forma precária. Ainda não haviam sido criadas legislações e diretrizes específicas para o atendimento a pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Em 1926, foi fundado o Instituto Pestalozzi, especializado no atendimento a pessoas com deficiência mental. A primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE foi criada no ano de 1954. No ano seguinte, Helena Antipoff cria na sociedade Pestalozzi, o atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação.

Após a década de 50, o governo federal assume o atendimento educacional aos chamados “excepcionais”. Após 13 anos de discussão, em 1961 surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

O Centro Nacional de Educação Especial – CENESP foi criado pelo Ministério da Educação – MEC, em 1973. Sendo o primeiro órgão do governo responsável pela criação de políticas voltadas para a Educação Especial. Esse órgão impulsiona ações voltadas para pessoas com deficiência e superdotação, mas ainda prevendo muito mais o assistencialismo. A partir de 1985, com a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), começam a discorrer sobre mudanças nas terminologias.

Em 1988, o Brasil ganha uma nova Constituição Federal, garantindo o direito à igualdade e o direito de todos à educação e a escola, visando o desenvolvimento pleno, o exercício da cidadania e a preparação para o trabalho.

A Resolução CNE/CEB nº 2/2001 assegura que as escolas devem organizar-se para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. Descrevendo sobre a Educação Especial, a resolução descreve em seu artigo 3º o seguinte:

Por educação especial, modalidade de educação escolar,[...] entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os

serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais em todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica (MEC, 2001).

A Política Nacional de Educação Especial publicada no ano de 1994, apresenta orientações para a inserção à classe comum, aos alunos que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades produzidas para a turma.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que

Os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar (MEC, 1996).

Continuando os programas de ampliação e adequação da Educação Especial ao sistema regular de ensino, a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determina que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

A Língua brasileira de Sinais – LIBRAS, é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a partir da Lei nº 10.436/02. O uso, ensino e produção do sistema Braille é aprovado por meio da Portaria nº 2.678/02 do MEC.

Com as evoluções acerca da Educação Especial, em 2003 a Escola Inclusiva é vista como meio educacional de orientação para a inclusão escolar.

Em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade (MEC, 2008).

Em 2005, são implantados Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S nos estados brasileiros e no Distrito Federal, dando orientação às famílias e formação continuada aos professores.

O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE – foi publicado pelo Decreto nº 6.094/2007, estabelecendo o Compromisso Todos pela Educação. São eixos do PDE:

A formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC (MEC, 2008).

Por meio desse breve relatório percebe-se que a Educação Inclusiva passou por um longo caminho perpassando por distintas modalidades e discussões para ser vista e compreendida da forma a qual é hoje. Assim sendo, a transformação educacional é contínua e necessária. A estagnação não coaduna com a proposta de libertação por meio da educação, pois, para se libertar é preciso transformar e a transformação desacomoda o estado atual e o conduz a um novo estado, a um novo pressuposto. Assim a educação vai se criando, se transformando e transformando a sociedade.

3. OBJETIVOS

O trabalho traz para a reflexão a proposição da educação inclusiva que abarca a valorização das diferenças, ressaltando a interação das características individuais dos alunos com o meio educativo e social, propondo uma investigação do processo de construção da educação inclusiva e de suas práticas pedagógicas, como meio propulsor de desenvolvimento humano.

Neste sentido, os objetivos do trabalho são apresentados apontando o que se pretende, de modo geral e mais especificamente, com essa pesquisa.

3.1 Objetivo geral

- Propor uma reflexão sobre o fazer educacional na perspectiva da educação inclusiva como propiciadora do desenvolvimento humano, no contexto de uma escola pública do município de Malhada (BA).

3.2 Objetivos específicos

- Relatar o processo de construção da educação inclusiva na escola pesquisada;
- Verificar a relação entre prática pedagógica e desenvolvimento humano na construção da inclusão escolar.

Como pesquisa qualitativa, buscou-se construir resultados relevantes para o aprimoramento do contexto educativo investigado, a fim de efetivar a reavaliação de conceitos acerca do fazer educacional e de suas correlações com os processos de aprendizagem e desenvolvimento.

4. METODOLOGIA

4.1 Fundamentação teórica da metodologia

O foco da pesquisa é investigar o processo da educação inclusiva e suas interferências no desenvolvimento humano do aluno. Nesse sentido, a abordagem qualitativa de pesquisa é a que mais se aproxima dos objetivos da investigação, pois se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado (MINAYO, 1994).

Na investigação qualitativa, o investigador transforma as informações obtidas em indicadores. Esses são definidos a partir da análise, a qual deve ser realizada partindo-se sempre do contexto da pesquisa. Toda informação se torna autêntica quando é avaliada a partir da situação em que ela surge. Na conversação entre o real e o contextual, o investigador fará sua análise respaldando suas informações nas condições de onde elas nascem.

4.2 Contexto da pesquisa e participantes

Esse trabalho foi efetivado em uma escola regular do Ensino Médio. Essa instituição é sediada no município de Malhada, mas a pesquisa se restringiu a uma extensão da escola, situada numa localidade que faz parte do município. Essa extensão funciona no período noturno. O corpo docente é composto por nove professores. Desses, apenas dois moram na localidade, os outros sete moram em Malhada e se dirigem à instituição todos os dias para ministrarem suas aulas.

Os participantes da pesquisa foram os profissionais da escola: um componente da equipe gestora (vice-diretor), e três professores. Esses são peças de extrema importância no fazer educacional. Assim sendo, se tornaram os participantes da pesquisa no intuito de poder relatar a construção da educação dentro da perspectiva da educação inclusiva.

4.3 Instrumentos e procedimentos de construção de dados

Para se concretizar a investigação, foi realizada em primeiro passo, uma entrevista semiestruturada com a equipe gestora para se perceber quais trabalhos tem se realizado acerca da promoção da inclusão: o que a escola, até o momento, tem planejado para que todos os alunos sejam inclusos na proposta de ensino. Fora preciso salientar sobre o Plano Político Pedagógico e a proposta que ele traz para a promoção da inclusão.

Num segundo passo, procedeu-se a uma entrevista, também semiestruturada com os professores, para conhecer sobre o trabalho pedagógico realizado em sala de aula, como este trabalho se organiza para que possa atender aos alunos com necessidades especiais de aprendizagem, saber sobre os aparatos pedagógicos que eles têm para promover um ensino inclusivo e garantir que todos os alunos estejam dentro do plano curricular.

A entrevista semiestruturada, por tratar-se de um procedimento norteador na interação entre pesquisador e participante, possibilita o aprofundamento das questões dirigidas pelo roteiro previamente estabelecido, oferecendo flexibilidade ao entrevistador e permitindo maior participação ao entrevistado, bem como favorece a manutenção no foco da pesquisa.

4.4 Procedimentos de Análise de Dados

A partir da coleta de dados realizou-se a análise das informações à luz dos pressupostos teóricos para se compreender como está sendo percebido o desenvolvimento humano dos alunos por meio da educação inclusiva, ou seja, como essa educação que pretende englobar todos, de forma individualmente, respeitando as condições de cada um, criando possibilidades para que cresçam e se desenvolvam, tem se organizado.

Os dados foram tratados qualitativamente, através da construção de categorias de análise, buscando-se compreender como a escola em pesquisa compreende a educação na perspectiva da educação inclusiva e como a educação especial compõe o cenário educativo nessa instituição.

As categorias de análise se deram por meio da ordenação dos dados, os quais foram organizando-os de forma padronizada em conjuntos e unidades básicas de possíveis explicações, envolvendo aqui, a análise descritiva e a interpretação por parte do pesquisador.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisaremos neste capítulo os dados obtidos por meio dos procedimentos investigativos: entrevistas semiestruturadas realizadas com professores do corpo docente que atuam com alunos com necessidades educacionais especiais e ao grupo gestor, com vistas a obter informações no direcionamento do trabalho para discutir o processo de construção da educação na perspectiva da educação inclusiva na escola em pesquisa. As narrativas dos sujeitos foram apresentadas, sem a identificação nominal, sinalizadas pelos signos Prof . 1, Prof . 2 e Prof . 3 para os docentes, e .V.D para o um componente da equipe gestora, sem necessariamente apresentar o gênero verídico relacionado ao sujeito participante. Buscou-se, nos apontamentos das falas, revelar as possíveis correlações existentes entre o fazer educacional vivido na instituição sob o princípio da inclusão e a premissa de desenvolvimento humano dos alunos com necessidades educacionais especiais.

5.1 - O processo de construção da educação inclusiva

A educação inclusiva é um movimento mundial que busca acolher a todos os alunos no contexto escolar, primando pela valorização do ser humano em primeiro plano e não qualificando as diferenças como protótipos de separação. De acordo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva,

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (MEC, 2008).

A política de Educação Inclusiva está voltada para que haja inclusão pedagógica, cultural e social. As ações de inclusão promovidas no meio escolar são feitas de dentro para fora. É um movimento que começa dentro do espaço pedagógico, mas que avança para outros contextos sociais.

A educação inclusiva é um processo que precisa ser contínuo, ser refletido, comparado e ser, principalmente, avaliado em cada contexto. Moriña (apud DIEZ, 2010, p. 17) aponta que “a educação inclusiva se concebe como um processo inacabado que desafia a qualquer situação de exclusão, procurando mecanismos para eliminar as barreiras que obstaculizam uma educação para todos”. A escola que caminha para a construção de um ensino que inclui a todos deve desigualar condições para igualar oportunidades. Nem todos os alunos precisam dos mesmos mecanismos para terem eficiência na aprendizagem, mas todos precisam e podem ter essa eficiência. O desafio é construir esses mecanismos sem segregar valores.

De acordo Díez (2010, p. 19), “diversidade se concebe como um conceito amplo, no qual todas as pessoas têm condições independentemente de sua capacidade, origem social, cultura, etc.”. A valorização da diversidade é a chave para o desenvolvimento da inclusão. É nas diferenças que se pode avaliar as peculiaridades, apontando que ninguém é igual a ninguém.

Nas entrevistas, os professores foram questionados sobre *como avaliam a implementação da educação inclusiva realizada na escola em que trabalham*.

O Prof. 1 evidenciou que “a escola almeja realizar um trabalho pedagógico de inclusão por excelência, entretanto precisa de suporte material e formação para os professores.”

A formação é fator importantíssimo, pois ainda que haja todo o suporte necessário, se não houver o conhecimento e a disposição, não se constrói inclusão. Portanto a qualificação profissional deve ser o primeiro passo.

A esse mesmo questionamento, o Prof. 2 respondeu como “muito ruim, pois o governo deveria implantar escolas adequadas que atendesse toda a demanda do corpo discente. Os alunos da educação inclusiva necessitam de uma educação voltada totalmente a eles.”

As escolas precisam realmente se adequar fisicamente, materialmente e pedagogicamente. Esse é fator importante para que a inclusão seja verdadeiramente efetivada. Essa, que precisa sair das leis, sair dos números de registros das matrículas e estar de fato no currículo visível, estar de fato no dia a dia escolar, convivendo com alunos e professores.

O Prof. 3 comentou tal questionamento descrevendo que infelizmente a escola que ele trabalha não possui um atendimento especial e voltado para educação inclusiva, a maioria dos alunos não possuem laudos e nem são informados no censo escolar.

A Nota Técnica – SEESP/GAB/ Nº 9/2010 considera que “a educação especial é uma modalidade de ensino transversal aos níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços e realiza o atendimento educacional especializado, de forma não substitutiva à escolarização.” (MEC, 2010, p. 1). O aluno especial tem garantido o direito de escolarização em todos os níveis, etapas e modalidades, ou seja, em todo o seu percurso acadêmico.

E ainda, a Nota Técnica – SEESP/GAB/ Nº 11/2010 afirma que compete à escola “registrar, no Censo Escolar MEC/INEP, a matrícula de alunos público alvo da educação especial nas classes comuns.” (MEC, 2010, p. 4). A partir desse registro é que se poderá ter maiores recursos para a implementação da educação inclusiva.

Na entrevista dirigida ao V.D, perguntou-se: *diante de leis e promulgações realizadas até o momento como garantia de inclusão a todos os alunos, a escola se vê cumprindo essas leis? Se positivo, de que forma? Se negativo, o que ainda estar faltando?* Ele, em sua consideração, asseverou: “ainda vejo de forma negativa, muitas instituições levam ao pé da letra, vejo que a demanda é pouca. Onde trabalho nada tem sido feito para se concretizar. Devemos elaborar projetos e buscar estes alunos para integrá-los à sociedade inclusiva.”

O V.D assume que ainda muito se precisa fazer para que as leis promulgadas sejam de fato executadas na escola em que atua. Vejamos o que nos fala Díez (2010, p. 17)

Todos os sistemas de educação, independentemente do contexto político, social, cultural e econômico devem seguir incorporando em suas agendas mecanismos para ir avançando para práticas mais inclusivas.

Ainda que possa estar faltando muito, o necessário é descobrir e assumir a necessidade de incorporação da inclusão escolar no seio institucional e buscar formas de mudar os rumos e já começar o processo de construção da educação inclusiva.

O mais importante no processo de construção da educação inclusiva não é, talvez, o ponto em que se está, porque sempre será tempo de repensar, reavaliar e recomeçar se preciso for. O mais necessário é buscar estar sempre caminhando, tendo como base as garantias que o aluno tem, vendo o contexto social, político, cultural e pedagógico, para agir na tentativa de consolidação de uma educação transformadora.

Os professores entrevistados foram indagados se, *na opinião deles, o trabalho pedagógico realizado na sala de aula, inclui a todos os alunos?* Para o Prof. 1 o trabalho pedagógico não inclui a todos, “porque na sala de aula todos os alunos estão inseridos, porém não há um trabalho específico voltado para o aluno com necessidades especiais, por não haver uma preparação do corpo docente para lidar com esse público.”

A Declaração de Salamanca, documento elaborado em assembleia por delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representantes de 88 governos e 25 organizações internacionais, na cidade de Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, assegura que

A preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas. As seguintes ações poderiam ser tomadas. Além disso, a importância do recrutamento de professores que possam servir como modelo para crianças portadoras de deficiências torna-se cada vez mais reconhecida (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

A formação adequada a docentes iniciantes e aos já iniciados que estão em exercício, é sem dúvida fator primordial para a construção da escola inclusiva. Também é encorajador para os estudantes terem professores especiais. Mesmo que não sejam professores, o fato de eles manterem relação, de conviverem com pessoas com alguma deficiência que não pararam nessa limitação, mas enfrentando sua especificidade, souberam caminhar rumo à meta traçada, servirá de bom exemplo.

Na perspectiva do Prof. 2: “não, pois não são todos os professores que estão preparados para a deficiência de cada aluno e também falta apoio por parte da direção da escola.”

Mais uma vez é recorrente a falta de preparação docente para lidar com o processo de construção da educação inclusiva. Esse que é fator essencial, e também fator que muito dificulta. Temos muitos documentos que garantem a inclusão de todos os alunos no sistema regular de ensino, mas o professor não está preparado para incluir o aluno, com qualquer deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades/superdotação. A inclusão para que seja realmente verdadeira deve alcançar o aluno em todas as suas necessidades e criar mecanismos para que ele tenha condições de alcançar o currículo do ensino regular bem como ter um desenvolvimento adequado.

A esse mesmo questionamento, o Prof. 3 afirmou que “de uma forma geral, não. Uma ou outra atividade consegue atingir a turma em sua totalidade.”

É fato que nem em todos os trabalhos, nem em todas as tarefas os alunos deficientes conseguirão ter o desempenho esperado aos demais. Isso resulta justamente das peculiaridades de cada um, das afinidades que se constrói por determinadas áreas.

Sabendo que cada aluno possui sua especificidade e quando se trata de alunos especiais, essa característica é ainda mais acentuada, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva traz a seguinte orientação:

A educação especial direciona suas ações para o atendimento às especificidades desses alunos no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas. (MEC, 2008).

A educação especial está voltada para o atendimento das especificidades de modo que o aluno possa acompanhar o currículo do ensino regular. Para tanto, outras práticas colaborativas que possam dar sustentação e oferecer condições para o desenvolvimento do aluno são necessárias.

Na entrevista aos professores, foi pedido para *citarem dois fatores positivos e dois negativos na efetivação da educação inclusiva na instituição de ensino que eles trabalham.*

A Prof. 1 apontou: “A escola recebe todos sem distinção de fatores psicológicos, físicos ou outros. A escola oferece um currículo que respeita e oferta a inclusão do aluno com Necessidades Educacionais Especiais. Por outro lado, não tem profissionais com formação específica.”

Diante do que vimos nessa narrativa, a escola em que a profissional atua e sobre a qual estamos discutindo, além de receber todos os alunos, sem qualquer tipo de seleção, possui um currículo adequado para incluir o aluno com NEE. No entanto, ela encerra sua fala a esse respeito afirmando que falta profissional especializado. Sendo assim, o ingresso do aluno, mesmo com a existência de um currículo favorável, não garante a existência de recurso humano capacitado, o qual é imprescindível e um fator de relevância na inclusão.

O Prof. 2, elencou os seguintes fatores: “negativos: falta de professores para atender esses alunos e recursos; apoio que não tem por parte dos responsáveis.” Não elencou nenhum fator positivo.

A esse mesmo questionamento, o Prof. 3 asseverou “como a mesma não existe, posso citar os fatores negativos. A exclusão; a negação dos direitos que são amparados por lei.”.

A Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, no Brasil, garante que

os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (MEC, 2009).

Vimos que a lei garante esse atendimento e, quando não é cumprida, por falta de profissionais qualificados, por falta de recursos, por falta de locais apropriados, ou por tantas outras justificativas, o aluno é o maior prejudicado, pois, além de ter seus direitos negados, ele perde a oportunidade de uma aprendizagem significativa, ele pode estar sendo subtraído de suas capacidades por falta de um atendimento especializado.

Nas entrevistas, quanto ao questionamento: *Você se sente preparado para atuar como agente construtor da educação inclusiva?* O Prof. 1 afirmou que “gostaria, mas não estou preparada, ministrar aula para um aluno surdo, sem o curso de Libras é se sentir impotente.”

O referido sujeito aponta um “ser cômodo” por parte do “departamento” da educação inclusiva, citando que por não ter conhecimento a respeito da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, declara sua impotência. Esse é o sentimento que muitos docentes sentem diante da presença de um aluno especial na sua sala de aula. Por não terem nenhuma formação sobre como promover a inclusão, a sensação de não saber o que, nem como fazer é a que prevalece.

Respondendo ao questionamento acima, o Prof. 2 disse que “não, pois esse processo de agente construtor requer e exige muito conhecimento e também a utilização de recursos e apoio para que a aprendizagem seja eficaz.”

Os recursos materiais devem ser ministrados a partir de conhecimento técnico e específico do docente. Isso significa dizer que, algo simples pode se tornar fonte valiosa de aprendizagem quando bem ministrado e orientado por alguém que tenha a ciência da funcionalidade da estratégia criada. De igual modo, um super material, se não bem utilizado de maneira a transformar a aprendizagem, tornar-se-á sem importância.

Em sua fala o Prof. 3 reafirma: “acredito que preciso aprender mais a respeito, no entanto, vejo que por já ter uma base e um conhecimento a respeito do assunto sei que posso

contribuir de forma significativa, já que percebo através dos comentários dos colegas de trabalho a resistência que os mesmos possuem em relação ao trabalho com crianças deficientes.”

Esse profissional diz que pode contribuir com a aprendizagem de alunos deficientes e que já tem algum conhecimento a respeito do assunto. Isso é importantíssimo para o desenvolvimento desse processo de construção da escola inclusiva, já que a qualificação profissional tem se apresentado, nas entrevistas, como um dos maiores problemas para a efetivação da inclusão escolar.

Sobre o Projeto Político Pedagógico da escola do ensino regular, o art. 10º da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, apresenta aspectos para a organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado.

I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;

II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;

III – cronograma de atendimento aos alunos;

IV – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;

V – professores para o exercício da docência do AEE;

VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;

VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.

Ainda sobre a contemplação no Projeto Político Pedagógico do ensino regular a respeito da educação inclusiva, a Nota Técnica – SEESP/GAB/ Nº 11/2010 declara que compete à escola “contemplar, no Projeto Político Pedagógico - PPP da escola, a oferta do atendimento educacional especializado, com professor para o AEE, recursos e equipamentos específicos e condições de acessibilidade” (MEC, 2010, p. 4)

A esse respeito na entrevista dirigida aos professores, eles responderam o seguinte questionamento: *Você conhece o Projeto Político Pedagógico da escola em que trabalha? Se positivo, o que ele traz a respeito da educação inclusiva? Se negativo, por que ainda não foi possível conhecer?*

O Prof. 1 respondeu que “sim. A educação inclusiva ainda é um desafio que nossa escola busca atingir na íntegra, uma vez que inclusão não é apenas inserir o aluno na sala e sim oferecer a ele condições para seu crescimento e aprendizagem.”

Nessa indagação, o Prof. 2 disse que “não, pois o Projeto Político Pedagógico da escola está tendo algumas alterações para assim poder atender melhor esses alunos.”

O Prof. 3 proferiu que “sim. Ele fala sobre os direitos das crianças deficientes, garante o acesso e permanência e tudo o que propõe as leis, entretanto, fica só no documento, a prática não existe.”

Diante dos discursos esvaziados e divergentes sobre o conhecimento do Projeto Político Pedagógico da instituição pesquisada podemos analisar que não há um processo coletivo de construção da educação inclusiva na escola em questão, ao passo que existem profissionais que sequer conhecem as propostas a esse fim. E por mais que no Projeto Político Pedagógico contenham postulações a respeito da educação inclusiva, essas ainda não são cumpridas como deveriam ser.

Ao V.D, em relação ao Projeto Político Pedagógico, foi perguntado *como é contemplada a questão da educação inclusiva*. Em resposta, constatou: “Buscar a metodologia utilizada para alcançar tal objetivo, contribuir para a reflexão sobre o papel do gestor pedagógico frente o processo de construção, consultas a artigos periódicos, livros, dissertações e teses que abordam o papel pedagógico frente à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.”

Diante da fala do V.D, podemos concluir que no Projeto Político Pedagógico, a busca por materiais que abordem o tema da inclusão e que possam dar alguma orientação/formação pedagógica para o educador está associada como uma proposta de pesquisa contínua para manter-se informado a respeito da educação inclusiva.

É fundamental que todo educador seja também um grande pesquisador. É interessante que sua prática pedagógica possa contribuir para formar alunos que busquem por meio de pesquisas conhecimentos novos e inovações necessárias para a transformação do seu meio e da sociedade em geral.

O processo de construção de uma educação inclusiva necessita de uma formação mais específica, dirigida e orientada. Nesse sentido, as pesquisas servirão para contemplar um estudo dirigido, mas não como prática substituta da qualificação profissional para um atendimento especializado. Os docentes no ensino regular necessitam ter mais orientações, para estarem melhores preparados nesse processo de construção da educação inclusiva.

Ao ser questionado sobre *o que a escola precisa fazer para garantir uma educação inclusiva a todos os alunos*, o V.D ressalta que “em primeiro lugar garantir o direito, colocar em prática os direitos e deveres, propiciar a construção de salas com entradas e móveis especiais, qualificar professores e coordenadores e fazer um projeto.”

A Nota Técnica – SEESP/GAB/ N° 11/2010 considera que “o desenvolvimento inclusivo das escolas assume a centralidade das políticas públicas para assegurar as condições de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos nas escolas regulares, em igualdade de condições” (MEC, 2010, p. 1). Como ressaltado pelo V.D, a adequação do espaço para a efetivação dos direitos dos alunos à educação inclusiva é também fator importante e, como visto, mais uma garantia assegurada em lei. Para que realmente aconteça na prática o que se encontra nas leis, também é preciso recorrer às políticas públicas que primam pelo desenvolvimento humano e social e garantem o cumprimento dos direitos.

Observar o que é proposto pela Política Nacional de Educação Inclusiva, conhecer os objetivos e as diretrizes é um caminho que facilitará o processo de construção da educação inclusiva.

5. 2. Educação inclusiva e desenvolvimento humano

As teorias que discutem o desenvolvimento humano, conforme Kelman (2010), já situadas nesta pesquisa como quatro abordagens principais, possibilitam uma elucidação da perspectiva da educação inclusiva no contexto desse desenvolvimento: a abordagem ambientalista; a construtivista de Piaget e a abordagem histórico-cultural de Vigotski. Para a maturação biológica, “o desenvolvimento é biologicamente determinado” e “todo conhecimento é anterior à experiência” (p.15). Na teoria ambientalista “todo conhecimento decorre da experiência” (p.16). O construtivismo “é uma teoria interacionista, isto é, enfatiza a interação sujeito-ambiente para que a aprendizagem ocorra” (p.16). Na abordagem histórico-cultural, “o processo de internalização transforma as experiências intersubjetivas: do externo, social, para o interno, mental” (p.15).

De acordo a teoria construtivista a aprendizagem ocorre na interação, nesse sentido, a educação inclusiva tem muito a colaborar para o desenvolvimento humano do indivíduo. A convivência com o diferente, tanto as pessoas especiais quanto as não especiais, ambas irão conviver na diversidade e essa interação facilitará o seu desenvolvimento.

Houve um tempo em que as pessoas deficientes ou com qualquer transtorno eram “enjauladas” dentro de casa e não tinham o direito de conviver com pessoas diferentes. Atualmente, essa realidade está tentando ser rompida. A diversidade é benéfica para o ser humano, isso facilita a compreensão de que, ninguém tem que ser igual a ninguém. Na individualidade e nas interações o aprendizado acontece.

Na entrevista com o profissional da gestão da escola em pesquisa, foi dirigido o seguinte questionamento: *No seu ponto de vista, a educação inclusiva pode transformar o desenvolvimento do aluno?* A resposta foi positiva, “pois um bom projeto voltado para estes alunos só tem a desenvolvê-los” e ressaltou que os mesmos não podem se sentir discriminados por estarem tendo tratamento pedagógico diferenciado dos demais.

As diferenças, quando respeitadas, não classificam nem ao menos criam rótulos. A educação inclusiva se torna muito significativa para o desenvolvimento humano. É no convívio com as diferenças que o indivíduo tem a possibilidade de crescer.

Os professores entrevistados, responderam ao seguinte questionamento: *Em sua opinião, qual a importância da educação inclusiva para o desenvolvimento do aluno?* Prof. 1 disse “torná-lo participante do processo de ensino/aprendizagem, respeitando suas limitações.”

De fato a educação é inclusiva quando há o respeito, quando o foco deixa de ser as dificuldades dos alunos e passa para a sua potencialidade. Os meios e recursos utilizados no processo de construção da educação inclusiva são para promover o desenvolvimento humano e minimizar o espaço entre a impossibilidade e a capacidade.

Em resposta ao mesmo questionamento, Prof. 2 articulou que “a proposta da educação inclusiva é de suma importância, pois oferece apoio aqueles que encontram barreiras, dificuldades para o ensino/aprendizagem.”

Prof. 3 disse: “A educação inclusiva dá a oportunidade ao aluno de ter seu direito à educação efetivado. Permite ao aluno a possibilidade de se desenvolver e se inserir dentro da sociedade.”

Conforme este apontamento, a educação inclusiva pode garantir ao aluno seu acesso também na sociedade. Quando se fala que precisa do acesso e permanência do aluno na sala de aula, aos alunos especiais pode-se acrescentar, a aprendizagem de forma significativa para que na sociedade ele também tenha esse livre acesso, possa permanecer como participante das transformações que acontecem.

Segundo Kelman “desenvolvimento humano é aqui entendido como um processo singular, dinâmico e marcado por historicidade” (2010, p 22). A educação inclusiva atua como possibilitadora de o indivíduo criar relações dinâmicas, confrontar sua singularidade e se reconhecer historicamente e culturalmente numa sociedade cheia de preconceitos, mas também cheia de valores.

5.3 Educação inclusiva e alunos com Necessidades Especiais de Aprendizagem

A instituição que deseja começar o seu processo de construção de uma escola inclusiva, deve ter um olhar apreciador aos alunos com Necessidades Especiais de Aprendizagem. Vejamos o que nos traz a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos (MEC, 2008).

São os sistemas de ensino que devem se organizar e criar condições pra que todos os alunos sejam acolhidos e integrados ao projeto pedagógico. Já não há mais hora para esperar, a responsabilidade já chegou.

Indagou-se ao V.D *como a escola tem se mobilizado para promover a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE)?* Em sua resposta, expôs: “É organizando, pela gestão, o processo de construção da escola inclusiva. Este estudo tem objetivo de identificar por meio da revisão de leitura em área especializada, onde os gestores pedagógicos se destacam na organização da inclusão dentro do seu contexto escolar.”

Diante do exposto, a gestão da escola é que organiza o processo de construção da educação inclusiva. Ela é que está à frente da instituição e deve proporcionar condições para que toda a comunidade escolar esteja envolvida nesse fazer. É juntando-se as mãos, caminhando no mesmo caminho que a inclusão vai se tornando concreta no meio de todos.

Aos professores, interrogou-se se o *fazer educacional pode contribuir com o desenvolvimento de alunos com Necessidades Especiais de Aprendizagem (NEE)?*

O Prof. 1 respondeu que “com certeza. Há algum tempo atrás o aluno com NEE era considerado incapaz de socializar-se, ficava apenas em casa num cantinho, no seu mundo. Mas a partir da nova proposta educacional de inclusão, esse aluno tem se superado e alcançado um novo espaço no mundo.”

Realmente, estamos presenciando as transformações quanto à inclusão de alunos com alguma deficiência e transtornos globais de desenvolvimento. Ainda são tímidas, mas estão presentes no nosso meio. A luta agora é alargar essas transformações e torná-las verdadeiramente concretas. O fazer educacional e as políticas públicas podem modificar a vida desses alunos.

A esse mesmo questionamento, o Prof. 2 respondeu: “sim, o aluno da educação especial é muito importante quanto qualquer pessoa. A primeira formação a ser recebida é da família e em seguida a integração na escola deve ser acompanhada pelos profissionais adequados para atender à demanda.

O profissional especializado no atendimento aos alunos com Necessidades Especiais de Aprendizagem poderá estimular o impulso no desenvolvimento educacional. Será também um auxílio, visto que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementa ou suplementa o ensino regular, nunca substituindo. O fazer no AEE contribuirá para que o aluno melhore seu desempenho e tenha condições de acompanhar o currículo do ensino comum.

De acordo a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, o aluno com NEE tem direito de estar matriculado no ensino regular e receber Atendimento Educacional Especializado. Em cumprimento ao que propõe essa resolução, é preciso criar articulações para que o AEE aconteça, garantindo, assim, o direito que o aluno tem.

O Prof. 3 respondeu ao questionamento indicando que “sim. É necessário estarmos em contínua aprendizagem buscando aprender sobre as limitações de nossos alunos para fazermos as interferências necessárias.”

Por fim, indagou-se aos docentes *como é organizado o trabalho pedagógico para o atendimento de alunos com Necessidades Especiais de Aprendizagem (NEE), na conjuntura da educação inclusiva?*

O Prof. 1 respondeu: “Como dito anteriormente, a escola ainda não tem um atendimento específico para NEE.”

O Prof. 2: “Os alunos passam por processos de avaliação, onde a atenção é mais complexa com detalhes mínimos, onde cada processo é observado com mais delicadeza.”

O Prof. 3: “Infelizmente na instituição escolar que atuo não existe atendimento específico aos alunos com Necessidades Especiais de Aprendizagem.”

Há certo equívoco nas respostas dadas. O Prof. 1 e o Prof. 3 falam sob a perspectiva de que eles não se encontram implicados no processo de inclusão, reconhecendo-se alheios à organização do próprio trabalho pedagógico em suas salas de aula, e destinando a outrem o atendimento aos seus alunos, como se o AEE fosse suprir o contexto de aprendizagem escolar do aluno. O Prof. 2 dá a impressão que está relatando sobre outra instituição de trabalho, descrevendo uma prática inclusiva, pontual.

É sabido que a organização do trabalho pedagógico faz toda a diferença na ação educativa promotora de desenvolvimento do aluno.

A aprendizagem é contínua, como também é contínua a construção da educação inclusiva. Assim o fazer educacional poderá ir se transformando, ganhando e arquitetando novas estratégias para que o aluno com NEE supere as limitações e produza sua aprendizagem. O papel do professor é extremamente relevante, pois será o mediador do aluno, o ajudará a encontrar caminhos mais favoráveis para superar as limitações e acompanhará a gestão do currículo escolar para que o educando seja de fato incluído no sistema de ensino.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho delineou-se sobre o fazer educacional como propiciador da construção da educação, visto que esta é um processo contínuo e em constante transformação. No decorrer do curso, foi bastante evidenciado que a inclusão é algo urgente que devemos levar para dentro de nossas escolas. Que todo aluno, independente de suas características precisa aprender e que nós professores somos também responsáveis pelo seu aprendizado.

A presente pesquisa busca contribuir para que os educadores revejam sua prática educacional e reflitam se esta é inclusiva ou se ainda falta, e o que falta para atender a todos os discentes. As práticas pedagógicas que utilizamos para desenrolar o processo de ensino/aprendizagem poderão marcar a vida do estudante, devendo por essa razão serem motivadoras e delineadas para a transformação do aprendizado de forma proveitosa.

Os achados da pesquisa apontam que:

- A instituição educativa ainda não vivencia um processo de construção da educação inclusiva de forma coletiva, pois os profissionais não têm participação efetiva em ações de planejamento, execução e avaliação dos fazeres e práticas sob a perspectiva da inclusão.
- A formação docente é fator primordial para a consolidação da qualificação profissional, possibilitando a geração de novas concepções acerca dos processos de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais.
- A educação sob a perspectiva inclusiva como processo a ser vivido por todos os segmentos na instituição demanda que sejam realizadas adequações físicas, materiais e pedagógicas no sentido de propiciar condições que promovam práticas mais inclusivas. Os meios e recursos utilizados na construção da educação inclusiva devem gerar desenvolvimento humano e minimizar o espaço entre a impossibilidade e a capacidade,
- A inclusão para que se torne uma verdadeira prática educativa deve alcançar as reais necessidades educacionais dos alunos especiais e deve criar mecanismos para que estes tenham condições de avançar em seu percurso educativo a partir de estratégias e práticas pedagógicas que promovam o seu desenvolvimento.

- O papel do gestor escolar deve ser o de centralizar condições de acesso ao ensino, de participação na aprendizagem e de desenvolvimento pessoal do aluno com necessidades educacionais especiais, a partir o fortalecimento das propostas inclusivas para a educação especial constantes do Projeto Político Pedagógico da instituição.
- A falta de implantação das garantias legais destinadas aos alunos com necessidades educacionais, como o Atendimento Educacional Especializado, contribui para o sentimento de impotência dos professores diante das especificidades de seu aluno no fazer educacional.
- A educação inclusiva preconiza o respeito às diferenças e valora o convívio entre os diferentes como mola propulsora do desenvolvimento humano. Contudo, a prática escolar ainda não qualificou como positiva a possibilidade de crescimento mútuo entre os distintos educandos, pois os profissionais da educação enfrentam a dificuldade de posicionar-se como partícipes do processo inclusivo, destinando as ações educativas a profissionais especializados.

Esse trabalho traz como fonte de esclarecimento algumas postulações de embasamento teórico acerca da inclusão, de como educação especial é vista na perspectiva da educação inclusiva e alguns marcos históricos. Isso contribuirá com o leitor interessado em aumentar os conhecimentos e descobrir referências que tratam do assunto.

Que novos estudos apareçam para complementar este e que possam tratar dos caminhos percorridos na busca de efetivação da educação inclusiva no contexto estudado. Que novos projetos empreendam-se em compreender a visão dos alunos sobre as dificuldades do processo de inclusão e relatem as suas necessidades, sendo vistas e interpretadas com um olhar real. Que possam serem ouvidas e sentidas as suas necessidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Nota Técnica Nº 09/2010*, de 09 de abril de 2010. Secretaria de Educação Especial.

_____. Ministério da Educação. *Nota Técnica Nº 11/2010*, de 07 de maio de 2010. Secretaria de Educação Especial.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução CNE/CEB 4/2009*. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009.

_____. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução CNE/CEB 2/2001*. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001.

COLEHO, Cristina M. Madeira. *Inclusão escolar*. In: MACIEL, D. A.; BARBATO, S. (Orgs.). *Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar*. Brasília: Editora UnB, 2010.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. *Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Brasília: UNESCO, 1994.

DIAS, Juliana. *Artigo Científico e Ensaio Teórico*. Brasília: UnB, 2013.

DÍEZ, Anabel Moriña. *Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva*. Revista da Educação Especial, Secretaria de Educação Especial, Brasília, v. 5, n. 1, jan./jul. 2010.

KELMAN, C. A. *Sociedade, educação e cultura*. In: MACIEL, D. A.; BARBATO, S. (Orgs.). *Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar*. Brasília: Editora UnB, 2010.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér & PIETRO, Rosângela Gavioli / ARANTES, Valéria Amorim (org.). *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. *O Atendimento Educacional Especializado na educação inclusiva*. Revista da Educação Especial, Secretaria de Educação Especial, Brasília, v. 5, n. 1, jan./jul. 2010.

MILANESI, Josiane Beltrame. *Organização e funcionamento das salas de Recursos Multifuncionais em um município paulista*. 2012. 185 f. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 24ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - EQUIPE GESTORA



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Participantes: EQUIPE GESTORA

Prezado(a), meu nome é Cláudio Pereira Guedes, sou aluno do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, ofertado pelo Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (PED) do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O presente questionário foi elaborado para subsidiar a construção dos dados que compõem a minha monografia de conclusão do curso acima referido. Peço, por favor, que responda às questões abaixo com a maior sinceridade possível. Ressalto que sua identidade será mantida em sigilo durante todo o processo de construção e divulgação dos dados.

Desde já, agradeço pela sua participação e colaboração.

Cláudio Pereira Guedes

Dados de identificação

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: ___ anos

Escolaridade: () Ensino Médio () Ensino Superior () Especialização () Mestrado
() Doutorado

Área de formação acadêmica: _____

Função na escola: _____

Há quanto tempo trabalha nesta escola: ___ anos

1 – Como a escola tem se mobilizado para promover a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE)?

2 – Diante das leis e promulgações realizadas até o momento como garantia de inclusão a todos os alunos, a escola se vê cumprindo essas leis? Se positivo, de que forma? Se negativo, o que ainda está faltando?

3 – Como é contemplada no Projeto Político Pedagógico da escola a questão da educação inclusiva?

4 – No seu ponto de vista, a educação inclusiva pode transformar o desenvolvimento do aluno? Se positivo ou negativo, justifique.

5 – Na sua opinião, o que a escola precisa fazer para garantir uma educação inclusiva a todos os alunos?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - PROFESSORES



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Participantes: PROFESSORES

Caro(a) professor(a). Meu nome é Cláudio Pereira Guedes, sou aluno do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, ofertado pelo Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (PED) do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O presente questionário foi elaborado para subsidiar a construção dos dados que compõem a minha monografia de conclusão do curso acima referido. Peço, por favor, que responda às questões abaixo com a maior sinceridade possível. Ressalto que sua identidade será mantida em sigilo durante todo o processo de construção e divulgação dos dados.

Desde já, agradeço pela sua participação e colaboração.

Cláudio Pereira Guedes

Dados de identificação

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: ___ anos

Escolaridade: () Ensino Médio () Ensino Superior () Especialização () Mestrado
() Doutorado

Área de formação acadêmica: _____

Tempo de docência: ___ anos

Quanto tempo de atuação em docência com alunos com necessidades educacionais especiais (NEE): ___ anos

1 – Na sua opinião, o trabalho pedagógico realizado na sala de aula, inclui a todos os alunos? Por favor, justifique sua resposta.

2 – Como você avalia a implementação da educação inclusiva realizada na escola em que trabalha?

3 – Cite dois fatores positivos e dois negativos na efetivação da educação inclusiva nessa instituição de ensino.

3 – Em sua opinião, qual a importância da educação inclusiva para o desenvolvimento do aluno?

4 – Você se sente preparado para atuar como agente construtor da educação inclusiva? Por favor, justifique sua resposta.

5 – Você conhece o Projeto Político Pedagógico da escola em que trabalha? Se positivo, o que ele traz a respeito da educação inclusiva? Se negativo, por que ainda não foi possível conhecer?

6 – Em sua opinião, o fazer educacional pode contribuir no desenvolvimento de alunos com Necessidades Especiais de Aprendizagem (NEE)? Por favor, justifique sua resposta.

7 – Como é organizado o trabalho pedagógico para o atendimento de alunos com Necessidades Especiais de Aprendizagem (NEE), na conjuntura da educação inclusiva?

ANEXO A – CARTA DE ACEITE INSTITUCIONAL



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*),
da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa

de responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____,
aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. _____.

O estudo envolve a realização
de _____ (*entrevistas, observações e filmagens etc*) do atendimento
_____ (*local na instituição a ser pesquisado*) com
_____ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de
_____ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em _____ e término em
_____.

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), _____ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

Nome do (a) responsável pela instituição

Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

ANEXO B – CARTA DE APRESENTAÇÃO



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e
Saúde PGPDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a) _____ que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar:
Prof^ª Dr^ª Diva Albuquerque Maciel

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____